

A Intuição Formal na Dedução Transcendental B*

[The Formal Intuition in the B-Deduction]

José Luciano Verçosa Marques*

Universidade Federal de São Carlos (São Carlos, Brasil)

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de apresentar a função da noção de intuição formal na economia argumentativa da dedução transcendental B. A intuição formal é a definição que Kant dá às representações de espaço e de tempo como intuições mesmas (KrV, AA B160-161n.¹). As representações de espaço e tempo como intuições são um ponto crucial da prova da validade objetiva das categorias, no entanto, o modo como são definidas acarreta em problemas interpretativos para economia da *Crítica da Razão Pura*, especialmente no que diz respeito à relação da dedução transcendental com a Estética transcendental. Neste artigo, porém, busca-se responder a uma questão

* O presente artigo é fruto dos trabalhos desenvolvidos ao longo da realização da bolsa PDSE-CAPES (edital nº47/2017) na Martin-Luther-Universität Halle Wittenberg. O texto em questão é fruto das discussões desenvolvidas no Grupo Crítica e Representação da UFSCar, sob supervisão do Prof. Dr. Paulo R. Licht dos Santos, e no Oberseminar: Grundprobleme der Philosophie der Neuzeit na MLU-Halle, sob supervisão do Prof. Dr. Heiner F. Klemme. Agradeço à CAPES pela bolsa concedida. Agradeço ao PPGFil-UFSCar, que me deu os meios para realização dos trabalhos aqui apresentados. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Paulo R. Licht dos Santos, ao Prof. Dr. Heiner F. Klemme e a todos os membros do Grupo Crítica e Representação e do Oberseminar: Grundprobleme der Philosophie der Neuzeit, pelas críticas e sugestões.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar, São Carlos-SP.

¹ No presente artigo, todas as citações dos textos de Kant seguem as normas da Kant-Forschungsstelle der Johannes Gutenberg-Universität Mainz. Seguindo esse modelo, as citações da *Crítica da Razão Pura* seguem o protocolo padrão, em que as citações da 1ª edição são assinaladas com a letra “A” e as citações da 2ª edição são assinaladas com a letra “B”. Em passagens que ocorrem nas duas edições, são apresentadas as referências nas duas edições. Demais citações de Kant seguem a numeração da Akademie-Ausgabe, apresentado-se o volume e o número da página, separados por dois pontos.

mais primária, da qual se necessita qualquer conclusão posterior acerca das implicações da intuição formal para a Estética Transcendental. Essa questão consiste em esclarecer a razão pela qual as representações de espaço e tempo como intuições são necessárias para que a prova da validade objetiva das categorias seja suficiente para justificar a sua aplicação à intuição sensível.

O presente artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, é apresentado o debate contemporâneo acerca da intuição formal, que se concentra na questão das implicações dessa noção para a Estética Transcendental e se divide entre interpretações conceitualistas e não conceitualistas. Nessa parte, é demonstrado que a questão do papel desempenhado pela intuição formal na dedução transcendental B é um problema anterior a qualquer problema que envolva a articulação da intuição formal com demais partes da *Crítica da Razão Pura*. Na segunda parte, é apresentado o motivo da necessidade da intuição formal para conclusão do segundo passo da prova da dedução transcendental B. Nela é demonstrado que, embora o primeiro passo tenha concluído que todo múltiplo de uma intuição dada tenha de estar necessariamente sob as categorias, fato que garante a validade objetiva das categorias em relação ao pensar objetos, ainda é preciso demonstrar no segundo passo que 1. a unidade engendradora no múltiplo pela síntese tem de estar conforme às categorias e 2. essa síntese tem de acontecer em concomitância com a intuição de espaço e do tempo. Na terceira parte, é feita investigação do motivo de se afirmar que a síntese do múltiplo sensível tem de ser dada em concomitância com as intuições de espaço e de tempo e não nelas, o que permite esclarecer alguns pontos fundamentais acerca da natureza do espaço e do tempo, bem como permite antecipar algumas conclusões acerca da relação da intuição formal com demais partes de *Crítica da Razão Pura*.

2. Intuição formal e suas implicações na economia do argumento da *Crítica da Razão Pura*.

A intuição formal é apresentada por Kant na nota B160-161 por meio da sua distinção em relação à forma da intuição.

O espaço representado como objeto (como realmente se requer na geometria) contém mais do que a mera forma da intuição, a saber, a reunião [*Zusammenfassung*] do múltiplo dado pela forma da sensibilidade em uma representação intuitiva, de modo que a forma da intuição dá o mero múltiplo [enquanto], porém, a intuição formal dá a

unidade da representação. Na Estética, havia considerado [*gezählt*] essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar. Portanto, visto que por meio dela (na medida em que [*indem*] o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados como intuições, então a unidade dessa intuição pertence a priori ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento (§24). (*KrV*, B160-161n.)²

Segundo a nota, é preciso distinguir dois modos do espaço e do tempo. De um lado, espaço e tempo são formas da intuição, em que o múltiplo é dado. Por outro lado, são representações intuitivas que contêm a unidade do múltiplo. A unidade do múltiplo pressupõe uma síntese que não é dada na sensibilidade e que ao mesmo tempo precede todo conceito. Essa distinção encerra uma dupla acepção de espaço e tempo³, pois espaço e tempo não são apenas formas da intuição, mas também intuições mesmas. Essa dupla acepção traz consigo problemas interpretativos para compreensão da *Crítica da Razão Pura*.

Atualmente, o debate acerca da intuição formal detém-se nas implicações dessa concepção para a compreensão da Estética Transcendental. Na medida em que distingue forma da intuição da intuição formal, Kant afirma que espaço e tempo como intuições, isto é, como intuições formais, pressupõem uma síntese que dá as suas unidades. Essa síntese, prossegue Kant, foi considerada na Estética Transcendental, embora não tivesse sido mencionada: “[...] Na Estética, havia considerado [*gezählt*] essa unidade na mera sensibilidade para assinalar que ela precede todo conceito, uma vez que pressupõe uma síntese que não pertence aos sentidos, por meio da qual, porém, todos os conceitos de espaço e tempo tornam-se possíveis em primeiro lugar [...]”. Dessa afirmação surge a necessidade de se compreender quais são as implicações da síntese para a exposição do espaço e do tempo, principalmente no que diz respeito à exposição metafísica, em que se afirma sua natureza intuitiva por meio de sua unidade (*KrV*, A24-25/B39-41; A31-32/B47-49).

De acordo com a afirmação da nota B160-161, é possível entender que espaço e tempo, tal como expostos na Estética Transcendental, são produtos de uma síntese, ou seja, embora tenham

² As traduções de passagens dos textos de Kant são próprias. Em situações em que se usa o auxílio de alguma tradução, ela vem destacada em nota.

³ Vleeschauwer chama atenção para existência de uma dupla acepção de espaço e de tempo (cf. Vleeschauwer, 1937, t.III, pp.239-240).

sido considerados como representações dadas, espaço e tempo são na verdade representações produzidas na medida em que as suas unidades decorrem de uma síntese e, portanto, assim como toda unidade sintética das representações, suas unidades deveriam ter por fundamento a unidade transcendental da apercepção. Na nota B160-161, Kant caracteriza a representação do espaço como objeto como a representação da intuição formal, em que a unidade é dada por uma síntese. Nesse sentido, a unidade conferida pela síntese é uma unidade objetiva que, segundo o §18 é identificada à unidade sintética da apercepção, que é a condição que permite reunir o múltiplo de uma intuição dada sob um conceito (*KrV*, B139). Assim, espaço e tempo, na medida em que são representados, o que, segundo a nota B160-161, já deve ser considerado na exposição da Estética Transcendental, são representações unificadas sob um conceito. Contudo, na mesma nota, Kant também afirma que a síntese que produz essa unidade é anterior a todo conceito e, embora aconteça na medida em que o entendimento determina a sensibilidade – “[...] Portanto, visto que por meio dela (na medida em que [*indem*] o entendimento determina a sensibilidade)” –, ela produz uma unidade que pertence ao espaço e ao tempo e não ao conceito do entendimento.

Dessas afirmações acerca da síntese – 1. que ela produz a unidade do espaço e do tempo como representações; 2. que a síntese antecede todo conceito e, portanto, a unidade pertence ao espaço e ao tempo – abre-se possibilidade para dois tipos de interpretação. O primeiro tipo defende que a nota B160-161, na medida em que introduz a intuição formal, traz consigo a necessidade de uma revisão das afirmações contidas na Estética Transcendental, pois espaço e tempo, tal como haviam sido expostos, são na verdade intuições formais, cuja unidade pressupõe uma síntese. Consequentemente, a representação de espaço e de tempo da Estética Transcendental têm de ser consideradas com base na sua relação com a unidade sintética da apercepção. Segundo essa interpretação, as representações do espaço e do tempo, embora tenham sido consideradas como independentes em relação à unidade sintética da apercepção, são originadas ou ao menos acompanhadas por uma

atividade do entendimento⁴. Esse tipo de interpretação recebe o nome de conceitualista⁵.

A segunda interpretação vai em sentido oposto e compreende que, embora tenha de se considerar uma síntese na exposição da Estética Transcendental, espaço e tempo caracterizam-se primeiramente como representações não discursivas, ou seja, como representações que não podem ser obtidas a partir de conceitos de objetos segundo as funções lógicas do entendimento (*KrV*, A68-ss./B92-ss.). As funções lógicas do entendimento expressam regras de subordinações de representações que se fundamentam na relação das extensões de conceitos. Desse modo, por meio de tais regras, só seria possível obter características intrínsecas aos conceitos, ou seja, características que podem ser predicadas a partir destes conceitos. Consequentemente, embora se deva considerar a síntese na sensibilidade, essa interpretação entende que existe algo no espaço e no tempo que lhe conferem a sua natureza intuitiva. Tais características são irreduzíveis às funções lógicas do entendimento. Esse tipo de interpretação é definida como não conceitualista⁶.

⁴ É possível encontrar exemplos desse tipo de interpretação em Longuenesse e em Dufour. Contudo, a interpretação de Longuenesse é mais radical, na medida em que a intérprete entende que não há distinção representacional entre forma da intuição e intuição formal. Segundo ela, a intuição formal é o resultado do desenvolvimento epigenético da forma da intuição, de modo que a noção de forma da intuição, após a distinção da nota B160-161, tem de ser considerada como intuição formal e sob o registro do entendimento enquanto capacidade de julgar (cf. Longuenesse, 1993, p.235). A interpretação de Dufour, por outro lado, compreende que existe distinção representacional entre forma da intuição e intuição formal. Segundo sua interpretação, é possível considerar uma unidade própria do espaço e do tempo em relação à sua unicidade (*Einigkeit*). Assim, a afirmação de que há uma síntese na Estética Transcendental tem de ser considerada do ponto de vista de que a unicidade do espaço e do tempo tem de corresponder a uma unidade sintética (*Einheit*) que a acompanha (cf. Dufour, 2003, p.74).

⁵ É importante destacar que Longuenesse e Dufour, em seus textos, não se definem como conceitualistas. A caracterização de interpretações como conceitualistas e não conceitualistas, que será apresentada a seguir, surgiram com base nas interpretações da filosofia kantiana com vistas à questão do conteúdo cognitivo, em que se questiona se uma representação não conceitual é representacionalmente significativa ou se todo conteúdo cognitivo já é dado conforme às determinações conceituais (cf. Hanna, 2005, pp.248-250). Dentre os intérpretes que compreendem as diferentes interpretações acerca da intuição formal com base na oposição entre conceitualismo e não conceitualismo, é importante destacar o texto de Onof e Schulting acerca do tema (cf. Onof & Schulting, 2014, pp.16-ss.).

⁶ Em relação às interpretações conceitualistas, as interpretações não conceitualistas se apresentam de modo mais matizado. Dentre as interpretações não conceitualistas, é importante destacar as interpretações de Fichant, Allison e Onof e Schulting. Fichant, assim como Longuenesse, compreende que a intuição formal é o resultado da evolução epigenética da forma da intuição, porém, entende que é possível permanecer com a distinção representacional entre ambas com base na consideração de que o espaço como forma da intuição consiste em uma camada originária, o que pode ser verificado por meio de uma redução eidética do espaço. Desse modo, a oposição entre forma da intuição e intuição formal pode ser compreendida por meio da oposição entre o espaço estético e o espaço geométrico, em que o espaço estético se refere à camada originária do espaço

Esse debate não é apenas importante, como também é algo que vem sendo debatido desde os primeiros intérpretes da filosofia kantiana. Beck, por exemplo, em correspondência de 11 de novembro de 1791, questiona Kant acerca da relação das intuições com objetos e sua dependência de uma determinação judicativa que possibilite essa relação.

A Crítica dá o nome de intuição a uma representação que se refere imediatamente a um objeto. Porém, uma representação torna-se de fato objetiva, antes de tudo, por meio da subsunção sob as categorias. E, visto que a intuição também adquire seu caráter objetivo do mesmo modo, ou seja, por meio da aplicação das categorias a elas, desejaria abandonar a definição de intuição, segundo que, ela se refere a um objeto. Acredito que a intuição não é mais do que um múltiplo acompanhado e, de fato, determinado pela consciência (ou pelo mesmo eu penso), no qual ainda não há nenhuma relação a um objeto. Também gostaria de não nomear o conceito de uma representação que se refere mediamente a um objeto; antes, o diferencio da intuição na medida em que esta é completamente determinada e aquele não é completamente determinado⁷. Pois intuição e conceito adquirem a objetividade primeiramente pela operação da faculdade de julgar que os subsume aos conceitos puros do entendimento. (Br, AA 11: 311)

É importante notar que a questão de Beck tem relação com a unidade objetiva da intuição. Esse problema tem relação principalmente com o primeiro passo da dedução transcendental B, cuja uma das

e o espaço geométrico se refere ao espaço unificado pela síntese (cf. Fichant, 1997, pp.215-ss.; cf. Fichant, 2004, p.537-ss.). A interpretação de Allison toma por base a distinção entre intuir e intuição. Segundo sua interpretação, a intuição formal distingue-se da forma da intuição na medida em que é uma representação produzida pela imaginação que, por um lado, é anterior ao entendimento, na medida em que ainda carece de uma atividade que chama de “interpretação” e que, por outro lado, se distingue de espaço e tempo como formas do intuir, que não são dados como objetos (cf. Allison, 2004, pp.189-ss.; cf. Allison, 2012, pp.37-ss.; cf. Allison, 2015, pp.411-ss.). Por fim, há também a interpretação de Onof e Schulting, em que os intérpretes compreendem a oposição entre unicidade (*Einigkeit*) e unidade (*Einheit*). Apesar de sua interpretação se aproximar a de Dufour, os autores entendem que a unicidade do espaço e do tempo são representacionalmente significativos independentemente do acompanhamento da unidade da síntese (cf. Onof & Schulting, 2014, pp.54-ss.).

⁷ Na tradução para o inglês, essa passagem é traduzida por Arnulf Zweig do seguinte modo: “[...] antes, eu diferencio conceitos de intuição pelo fato de que eles são completamente determinados enquanto as intuições não são completamente indeterminadas” (Rather, I distinguish concepts from intuitions by the fact that they are thoroughly determinate whereas intuitions are not thoroughly determinate). Nessa passagem, Kant faz uso de dois pronomes relativos: “diese” e “jener”. Como as orações em que estão inseridos são formuladas com o verbo ser, ambos os pronomes estão no nominativo singular. “Diese”, portanto, refere-se ao feminino singular ou ao plural e “jener” refere-se ao masculino singular, de modo que “diese” só pode se relacionar à intuição e “jener” ao conceito. Além disso, a própria indicação do pronome reforça essa interpretação: intuição mais próxima a “diese” (esta/estas) e conceito está mais afastado, dando sentido “jener” (aquele).

finalidades é demonstrar que não há unidade objetiva da representação que não seja produzida em conformidade com a unidade sintética da apercepção. Em sua resposta, Kant destaca a necessidade da relação imediata da intuição com o objeto na medida em que este é dado, contudo, destaca que este objeto é pensado sob conceitos e segundo a unidade objetiva do conhecimento (*Br*, AA 11: 313-14). Kant ainda destaca que deve existir conformidade entre o dado sensível e a unidade da apercepção, como pode ser verificado a seguir:

[...] Para o conhecimento são necessários dois tipos de representações: 1. intuição, por meio da qual um objeto é dado; e 2. conceito, por meio da qual ele é pensado. Para se produzir um conhecimento a partir dessas duas fontes [*Erkenntnisstücken*] necessita-se que o múltiplo na intuição dada se componha conforme a unidade sintética da consciência, que o conceito expressa⁸. (*Br*, AA 11: 315-16)

A resposta de Kant engendra a necessidade de conformação entre o dado sensível e o conceito. Esse ponto, contudo, diferente da referência de Beck ao primeiro passo da prova, é estabelecido no segundo passo da dedução transcendental B, em que a validade objetiva é provada em relação ao modo como o múltiplo é dado na intuição. Nesse sentido, a natureza não conceitual do conteúdo intuitivo é mantida por Kant, na medida em que defende que sem intuição, objeto não seria dado, porém esse múltiplo tem de ser dado em conformidade com a unidade sintética expressa pelos conceitos. Essa consideração impõe que se verifique a questão da validade objetiva das categorias em relação ao dado sensível, problema esse que envolve compreender o papel da intuição formal no argumento da dedução transcendental B.

O debate acerca da intuição formal é fundamental para compreensão do espaço e do tempo e essas concepções são ponto central da formulação da filosofia crítica de Kant nas décadas de 1760 e 1770⁹. A Estética Transcendental consiste fundamentalmente em demonstrar que espaço e tempo são representações, cuja natureza caracteriza-se pela sua não-discursividade, pois se tratam de representações que não podem ser obtidas a partir de predicados de conceitos de objetos, pois só é possível a obtenção de características intrínsecas por meio de predicados de conceitos. Desse modo, espaço e tempo são condições da apresentação dos objetos, sem as quais a sua

⁸ Grifo nosso.

⁹ O desenvolvimento da noção crítica de espaço pode ser verificada a partir do ensaio pré-crítico de 1768 *Do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço*, mais especificamente no argumento das contrapartes incongruentes, que será tratado mais adiante (cf. *GUGR*, AA 02: 382).

determinação completa é impossível, pois é a partir do espaço e do tempo que se obtém características como posição, concomitância e sucessão, que são extrínsecas a conceitos¹⁰. Contudo, com base nessa característica fundamental do espaço e do tempo, um problema semelhante poderia ser colocado, porém, em sentido inverso: uma vez que espaço e tempo são representações cuja a natureza consiste fundamentalmente na impossibilidade de se predicar essas representações do conceito de objetos, como é possível engendrá-las na determinação desses objetos? Essa questão também recai sobre a dificuldade de se compreender a afirmação que Kant faz na resposta a Beck de que o múltiplo de uma intuição dada tem de se compor em conformidade com a unidade sintética da apercepção, pois o modo como o múltiplo é dado, espaço e tempo, tem de se conformar de algum modo às categorias para que o todo do objeto seja determinado.

Com base nessas considerações, é possível notar que a compreensão da conformação do múltiplo da intuição consiste em uma questão primária para as demais; e, nesse sentido, as representações de espaço e tempo como intuições, isto é, como intuições formais, desempenha um papel fundamental.

Para que essa compreensão seja possível é preciso investigar dois pontos acerca da intuição formal na dedução transcendental B. O primeiro ponto consiste em saber por que motivo a representação de espaço e de tempo como intuições são necessárias para o êxito da prova da dedução B. Para isso, é preciso compreender a divisão da prova em dois passos e sua relação com a intuição formal. O segundo ponto é compreender como a intuição formal funciona no segundo passo, mais especificamente, no §26, em que Kant apresenta a conclusão da prova. Esses dois pontos orientam a divisão das seções seguintes.

3. A intuição formal e a divisão do argumento da dedução transcendental B em dois passos de uma prova

Para se compreender a função da intuição formal na dedução transcendental B, é preciso, em primeiro lugar, compreender a função do §26 na economia do argumento. A dedução transcendental B desenvolve-se em dois passos de uma mesma prova. Essa articulação

¹⁰ Esse ponto será tratado mais adiante, quando for abordada a questão da concomitância da síntese de apreensão do múltiplo com as intuições de espaço e de tempo.

do argumento pode ser verificada a partir de duas passagens. A primeira delas encontra-se no §21:

[...] a categoria indica que a consciência empírica de um múltiplo dado em uma intuição está sob uma autoconsciência pura a priori do mesmo modo que a intuição empírica está sob uma [intuição] sensível pura, que também ocupa lugar a priori. -- Na proposição acima, foi feito o começo de uma dedução dos conceitos puros do entendimento, em que, visto as categorias se originarem simplesmente no entendimento e independentemente da sensibilidade, tive de abstrair da maneira como o múltiplo é dado a uma intuição empírica, para observar que a unidade advém na intuição por meio das categorias, através do entendimento. No que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade, que sua unidade não é outra senão aquela que a categoria, a partir do que já foi dito anteriormente (§20), prescreve a uma intuição em geral dada; e, por meio da qual, também, que se explica a possibilidade a priori das categorias em vistas de todos os objetos de nossos sentidos. [Só assim] o propósito da dedução pode ser alcançado em primeiro lugar. (KrV, B144-145)

A segunda passagem encontra-se no início do §26:

Na dedução metafísica foi mostrada a origem a priori em geral das categorias por meio de sua completa concordância com as funções lógicas universais do pensar. Na [dedução] transcendental, porém, apresenta-se a possibilidade delas como cognições a priori dos objetos de uma intuição em geral (§§20,21). Agora, deverá ser esclarecida, por meio das categorias, a possibilidade dos objetos que só podem sempre aparecer em nossos sentidos; de conhecer a priori não a forma de sua intuição, mas as leis de sua ligação (*conjunctio*), portanto, como que a natureza prescreve a lei e os torna possível. Pois, sem isso, sua utilidade não seria esclarecida: [explicar] como tudo o que pode aparecer apenas por meio de nossos sentidos deve estar sob as leis que se originam a priori exclusivamente a partir do entendimento. (KrV, B159-160)

Tanto a passagem do §21 quanto a passagem do §26 afirmam que há duas etapas na dedução transcendental B. A primeira etapa compreende-se entre os §§15-20 e a segunda etapa encerra-se no §26. Embora haja concordância por parte dos intérpretes com Henrich de que essas duas etapas constituem dois passos da mesma prova (Henrich, 1969, p. 642), não há concordância em relação ao modo como se deve interpretar e como se articulam os dois passos. A interpretação de Henrich baseia-se na compreensão de que existe uma ampliação do registro de aplicação da validade objetiva. Segundo ele, no primeiro passo, Kant demonstra a validade objetiva das categorias em relação a toda intuição que já possui unidade. No segundo passo, demonstra a validade objetiva em relação à produção dessa unidade (Henrich, 1969, pp.645-646).

Allison destaca que pensar em uma ampliação do segundo passo em relação ao primeiro é algo contra-intuitivo, uma vez que o primeiro passo relaciona categoria à intuição em geral e o segundo passo relaciona categoria à intuição empírica. No entanto, também destaca que não é o caso de uma inferência trivial entre gênero e espécie. Essa relação gera uma dificuldade que deve ser superada com a distinção das funções epistêmicas atribuídas às categorias nos dois passos da dedução transcendental B. O primeiro passo atribui às categorias a função epistêmica do pensar objetos e o segundo passo as relaciona à percepção (Allison, 2004, p.162). Em um texto mais recente, Allison apresenta uma interpretação que parece mais próxima da de Henrich, ao considerar os dois passos a partir da oposição entre consciência da unidade e unidade da consciência (Allison, 2015, p.375). Apesar disso, ambas as interpretações são convergentes, na medida em que a questão da consciência da unidade consiste em se ter consciência de representações que já possuem unidade e, assim, pensar objetos; e a unidade da consciência tem relação com a unidade que é produzida na sensibilidade segundo a unidade sintética da apercepção, o que estabelece a relação das categorias à percepção.

Em 1983, Allison ainda havia apresentado uma interpretação diferente, com base na divisão dos passos em função da prova da validade objetiva e da prova da realidade objetiva. Essa interpretação tinha por base a distinção terminológica entre *Gegenstand* e *Objekt*, que, por sua vez, se fundamenta na distinção entre objeto atual e objeto lógico (Allison, 1983, p.135). Ele abandona essa interpretação, mas Blunch busca retomá-la, evitando os problemas encontrados no livro de 1983. Blunch defende que é possível manter a divisão da dedução transcendental B em validade objetiva e realidade objetiva desconsiderando a distinção terminológica entre *Gegenstand* e *Objekt*. Segundo seu comentário, é possível pensar essa oposição com base na oposição entre forma e conteúdo da cognição de objetos (Blunch, 2010, p.79). O primeiro passo, segundo sua interpretação, consiste em demonstrar a validade objetiva das categorias de modo universal, ou seja, com relação à forma do objeto em geral. O segundo passo, por sua vez, tem de demonstrar que o conteúdo da cognição do objeto possui uma unidade que não é outra senão a unidade prescrita pela forma (Blunch, 2010, pp.83-84). Desse modo, o primeiro passo refere-se à intuição em geral para demonstrar o critério universal da validade objetiva por meio da forma, enquanto o segundo passo “empresta” esse mesmo critério para demonstrar a aplicabilidade das categorias ao dado sensível humano; e essa aplicabilidade é mediada pela intuição formal,

decorrente da sua determinação segundo a imaginação transcendental (Bunch, 2010, p.84)¹¹.

Todas essas interpretações seguem um expediente similar, em que o primeiro passo é compreendido por meio de um critério suficiente fornecido pelo entendimento e o segundo passo é compreendido como a aplicação desse critério à sensibilidade. Desse modo, a passagem do primeiro passo para o segundo não consiste em uma passagem trivial, do mais geral para o menos geral, mas na passagem da prova do fundamento objetivo do entendimento para a aplicação deste fundamento à sensibilidade. Assim, tanto é possível afirmar que há uma ampliação do argumento quanto o contrário, pois tanto é possível compreender que se amplia o registro do fundamento objetivo do entendimento ao aplicá-lo à sensibilidade, como também é possível afirmar que se restringe o tipo de representações a que as categorias se referem, pois o primeiro passo possui um registro generalista de intuição, enquanto o segundo se restringe à intuição sensível.

Essas interpretações explicam a articulação dos dois passos na medida em que entendem a unidade sintética da apercepção como condição suficiente da representação de objetos; e, nesse sentido, ela só pode ser entendida como condição suficiente em relação ao pensar objetos. Se ela fosse suficiente para o conhecimento dos objetos, o segundo passo não seria necessário. Em contraposição a esse tipo de interpretação, é possível destacar a de Klemme. Segundo sua interpretação, a unidade que é produzida na intuição já é considerada no §20, quando Kant afirma que todo o múltiplo da intuição já tem de estar necessariamente sob as categorias. Ao segundo passo caberia, portanto, demonstrar como essa unidade, por meio da noção de intuição formal, é empregada na sensibilidade (Klemme, 1995, pp.165-ss.). É possível compreender a interpretação de Klemme segundo uma oposição entre o que e o como da exposição: o primeiro passo demonstra que todo múltiplo sensível está sob as categorias, enquanto o segundo passo demonstra, por meio da subordinação da síntese, como o múltiplo é unificado sob as categorias.

Entretanto, Klemme afirma que o como a síntese é aplicada ao sensível se dá por meio da representação de intuição formal. Essa

¹¹ Rosales parece fornecer uma interpretação similar à de Bunch na medida em que compreende os dois passos a partir da referência do entendimento à sensibilidade. Segundo ele, existe uma dupla perspectiva da dedução transcendental B: o primeiro passo considera o mero entendimento; o segundo passo considera o entendimento na sua aplicação à sensibilidade (cf. Rosales, 2009, p.313).

consideração se dá por meio de dois pontos. O primeiro ponto consiste no fato de que todo múltiplo é dado pelo espaço e pelo tempo como formas da intuição; e (segundo ponto) espaço e tempo são representados por meio da intuição formal, sujeitos a uma unidade que se encontra sob a diretiva das regras do entendimento (Klemme, 1995, p.170). Essa interpretação, contudo, não considera a afirmação do §26 de que a síntese de apreensão do múltiplo dos objetos devem ser acompanhados de espaço e de tempo como intuição, mas que essa síntese ocorre nas intuições de espaço e de tempo.

Para se entender essa diferença, é preciso compreender o segundo passo da dedução transcendental B a partir de dois pontos. O primeiro consiste em demonstrar que a síntese figurativa opera a síntese do múltiplo sensível segundo as mesmas regras da síntese intelectual em relação à intuição sensível em geral, essa condição é esclarecida no §24. Essa condição, porém, não é suficiente para aplicação das categorias à intuição sensível. Faz-se necessário ainda um segundo ponto que só é realizado no §26 por meio das intuições de espaço e tempo. O segundo ponto consiste na necessidade da representação objetiva do espaço e do tempo em concomitância com a síntese do múltiplo. Do contrário, mesmo que a síntese figurativa reúna o múltiplo sob um conceito de objeto, a representação ainda carece das determinações extrínsecas a ele. Essas determinações só podem ser encontradas na representação do espaço e do tempo, ou seja, na intuição formal. Para isso, é preciso compreender a articulação desses dois passos a partir da oposição entre intuição em geral e intuição empírica, para que, enfim, se possa compreender o papel da intuição formal do espaço e do tempo no argumento.

O ponto central da divisão da prova da dedução transcendental B em dois passos é a relação de cada um dos passos com um tipo de intuição. O primeiro passo é definido por meio da relação das categorias com a intuição em geral: “[...] a partir do que já foi dito anteriormente (§20), [a categoria] prescreve a uma intuição em geral dada [...]” (§21); “[...] apresenta-se a possibilidade delas [categorias] como cognições a priori dos objetos de uma intuição em geral [...]” (§26). O segundo passo, por sua vez, é definido por meio da relação das categorias com a intuição empírica: “[...] [n]o que se segue (§26), será demonstrado, a partir da maneira como a intuição empírica é dada na sensibilidade [...]” (§21); “deverá ser esclarecida, por meio das categorias, a possibilidade dos objetos que só podem sempre aparecer em nossos sentidos [ou seja, aparecer por meio de uma intuição empírica]” (§26). Desse modo, deve-

se compreender a articulação dos dois passos da dedução transcendental B em função desses dois tipos de intuição.

A principal dificuldade de se compreender a intuição em geral corresponde a saber se essa noção é geral o suficiente para conter sob si a noção de intuição não sensível ou se, quando se refere à intuição em geral, Kant se refere apenas a uma intuição sensível em geral. A possibilidade de uma intuição não sensível pode ser assumida a partir da definição de ligação do §15:

[...] a ligação (*conjunctio*) de um múltiplo em geral nunca pode nos vir por meio dos sentidos e, portanto, tão pouco podem estar contidas nas formas puras da intuição; assim, elas são um ato da espontaneidade da faculdade de representar, que deve chamar-se de entendimento para diferenciá-la da sensibilidade; assim toda ligação, podemos tornar-nos consciente delas ou não, possa ser ela a ligação de uma intuição ou de vários conceitos, e no caso da primeira, seja a intuição sensível ou não sensível, é uma ação do entendimento, que designamos com a denominação geral de síntese [...]. (KrV, B130)

A passagem em questão apresenta a ligação como um ato do entendimento a que se submete todo e qualquer tipo de representação: vários conceitos, intuição sensível e intuição não sensível. Apesar da passagem não se dedicar à análise da intuição e seus tipos, é preciso considerar que Kant assume a possibilidade de uma intuição não sensível. Portanto, é possível considerar duas interpretações. A primeira diz respeito a um significado de intuição em geral que contém sob si intuições sensíveis e não sensíveis. Com isso, o argumento subsequente da dedução transcendental B deve ser considerado sempre com relação a essa máxima amplitude, o que significaria, ao final do §20, que a unidade sintética da apercepção, como condição formal do conhecimento de objetos, tem seu uso também para registros intuitivos supra-sensíveis, embora não forneça o critério de conhecimento para tais representações. A segunda interpretação é a de que Kant assume a possibilidade de uma intuição não sensível em caráter simplesmente provisório, apenas para fazer notar a amplitude da atividade de ligação: não importa se a representação é dada ou pensada, ela sempre será reunida em um objeto por meio da ligação.

Apesar da primeira interpretação parecer algo possível em relação à definição de ligação do §15, ela não parece se sustentar no restante do primeiro passo pelos seguintes pontos: do §16 em diante, toda referência à intuição é feita com base em uma intuição dada (KrV, B132), o que indica o seu caráter sensível; na passagem supracitada do §21, a referência da categoria é feita à intuição em geral dada

(gegebenen Anschauung überhaupt); e tanto o §23 como o §24 restringem a intuição em geral à intuição sensível em geral, quando afirma que a intuição em geral pode ser nossa ou não, mas tem de ser sensível (*KrV*, B148; B150). De acordo com essas passagens, a intuição não sensível do §15 deve ser compreendida como provisória, servindo para demonstrar que a atividade do entendimento possui um registro mais amplo do que aquele definido pelo registro da sensibilidade; e, assim, se fosse possível uma intuição não sensível, ela também teria de ter seu múltiplo ligado por meio de um ato do entendimento.

De qualquer modo, é preciso esclarecer o que Kant compreende por intuição sensível em geral, pois mesmo que se considere a unidade sintética da apercepção como condição necessária e suficiente para ligação do múltiplo de uma intuição sensível em geral, o que resulta na conclusão do §20¹², em que todo múltiplo tem de estar necessariamente sob as categorias, o segundo passo, que se restringe à intuição sensível humana, ainda é tido por Kant como necessário.

Acerca da intuição sensível em geral, no primeiro passo da dedução transcendental B, encontram-se duas referências à ela. A primeira está no §18, em que Kant associa intuição em geral à forma da sensibilidade no tempo sem oferecer maiores indicações (*KrV*, B140). A outra passagem é a própria transição dos dois passos feita pelo §21. O §21 permite uma interpretação do que seja intuição em geral com base na sua afirmação de abertura, que faz a transição a partir da conclusão do §20.

O §21 inicia-se do seguinte modo:

Um múltiplo contido em uma intuição que denomino minha é representado como pertencente à unidade necessária da autoconsciência por meio da síntese do entendimento; e isso acontece por meio da categoria. (*KrV*, B144)

A abertura do §21 afirma que um múltiplo dito meu só pode ser pensado por meio das categorias. Na *Estética Transcendental*, Kant demonstra a validade objetiva do espaço e do tempo demonstrando que nada pode ser dado sem que o seja por meio das formas da intuição (*KrV*, A42/B59-60). O primeiro passo da dedução transcendental B segue protocolo similar: nada pode ser pensado sem que o seja por meio das categorias. É desse modo que o §21 retoma a conclusão do §20. Allison destaca que há uma diferença entre a conclusão do §20 e o início

¹² Cf. “[...] Portanto, [...] o múltiplo de uma intuição dada está necessariamente sob categorias” (*KrV*, B143).

do §21: Kant opta por “todo múltiplo da intuição dada que chamo minha é representado sob a autoconsciência por meio das categorias” (§21) no lugar de “o múltiplo de uma intuição dada deve estar necessariamente sob as categorias” (§20) (Allison, 2015, pp.374-375). Para Allison, essa diferença é meramente expositiva e cumpre a função de articular os dois parágrafos. O comentador, porém, ao assumir essa diferença apenas no registro expositivo, desconsidera uma restrição importante que §21 impõe à conclusão do §20. A conclusão do §20 é a seguinte: “Portanto, o múltiplo em uma intuição dada também está necessariamente sob as categorias” (*KrV*, B143). É importante notar que, a partir da maneira como está apresentada no §20, a conclusão assume a aplicação irrestrita das categorias para todas as intuições dadas. No §21, Kant acrescenta uma restrição à essa intuição dada: “Um múltiplo contido em uma intuição que denomino minha é representado [...]” (*KrV*, B144). Essa restrição pode ser compreendida a partir da proposição inicial do §16, em que Kant afirma que toda representação dita minha está necessariamente relacionada ao eu penso:

O eu penso tem de poder acompanhar todas as minhas representações; pois, do contrário, haveria algo representado em mim que não poderia ser pensado; o mesmo é dizer que ou as representações seriam impossíveis ou, no mínimo, não seriam nada para mim. Aquela representação que pode ser dada antes de todo pensar chama-se intuição. (*KrV*, B131-132)

O §16 relaciona representações ao eu penso; e, nesse caso, considera-se representações dadas antes de todo conceito: intuições. Segundo afirma Kant, se uma representação é dita minha, ou seja, se é algo pelo menos para mim, então tem de poder ser pensada, o que significa dizer poder ser acompanhada pelo eu penso. A abertura do §21 retoma essa afirmação e acrescenta a categoria. Assim, o §21 complementa o §16 afirmando que toda representação dita minha, isto é, que tem de poder ser acompanhada pelo eu penso, está representada sob categorias. Assim, o §21 retoma a conclusão do §20 restringindo-a a todas as representações que são algo para mim. Em outros termos, a abertura do §21 destaca que ainda não se considerou como essas representações são dadas. Ainda é possível considerar representações que possam ser dadas no espaço e no tempo mesmo que elas não sejam nada para mim.

Assim, de acordo com o texto do primeiro passo, intuição em geral é uma representação dada em algum lugar e que deve ser pensada pelas categorias. É dita “em geral” por ainda não se considerar como ela é dada, mas, uma vez que ela é dada e é algo para mim, tem de poder

ser acompanhada pelo eu penso. O mesmo é dizer que a representação está sob as categorias. A nota que se segue à abertura do §21 serve exatamente para esclarecer esse ponto:

O fundamento de prova parte da unidade representada da intuição em que um objeto é dado, a qual sempre encerra em si uma síntese do múltiplo dado para uma intuição e já contém a relação deste múltiplo com a unidade da apercepção. (*KrV*, B144n.)

A nota em questão afirma que o primeiro passo da prova, resumido na alínea de abertura do §21, tem como ponto de partida a intuição dada como unidade. Resta ao segundo passo demonstrar como essa unidade é produzida pela síntese e como ela se refere às categorias. A unidade, prossegue a nota, “encerra em si uma síntese do múltiplo dado para uma intuição e já contém a relação desse múltiplo com a unidade da apercepção”, ou seja, a unidade representada se refere à intuição a ser pensada por meio das categorias. Portanto, o primeiro passo da prova consiste em demonstrar que a possibilidade de se pensar intuições dadas, isto é, como unidades já representadas, depende da síntese e das categorias.

A relação entre pensar o dado sensível e unificar o múltiplo desse dado segundo as categorias é um dos pontos-chave dos dois passos da dedução transcendental B. Paton utiliza a nomenclatura de intuição em sentido estrito e intuição em sentido relativo para assinalar duas noções de intuição que estão em jogo no argumento. O primeiro sentido corresponde à intuição sem qualquer operação do entendimento. Em outros termos, intuição em sentido estrito corresponde ao múltiplo dado e ainda não unificado pelas categorias. Esse sentido da intuição só entra em questão a partir da segunda metade do §21, quando Kant considera a possibilidade de algo dado que ainda não tenha sido pensado, isto é, que ainda não esteja sob as categorias. O segundo sentido, que é o que corresponde à maneira como Kant se refere à intuição em geral, é o sentido relativo, que consiste na intuição já unificada pelo ato do entendimento (Paton, 1936, Vol.I, p.525).

Allison segue Paton na interpretação acerca da dualidade da intuição e acrescenta outro ponto importante acerca da nota: a reciprocidade entre unidade da consciência e consciência da unidade. Segundo seu comentário, essa reciprocidade é importante para compreender o primeiro passo da dedução transcendental B, pois, sob estas condições, a unidade da apercepção é assumida como condição necessária e suficiente para representação do objeto (Allison, 2015, p.375). A unidade da apercepção é a condição necessária e suficiente

porque ainda não se questiona o modo como o conteúdo do objeto é dado na sensibilidade. Segundo Allison, portanto, a nota que acompanha alínea de abertura do §21 tem a finalidade de demonstrar que a unidade da intuição é a unidade produzida na medida em que se tem consciência da unidade. Nos termos sugeridos por Paton, a nota destaca que se está tratando até o momento da intuição em sentido relativo, ou seja, que já é dada com unidade.

A interpretação de Allison, com o apoio da interpretação de Paton, confere um esclarecimento importante para a compreensão da articulação do argumento da dedução transcendental B e, consequentemente, para a maneira como se deve compreender as noções de intuição em geral e intuição empírica. O primeiro passo apoia-se na consciência da unidade, ou seja, não considera representações que possam estar além do registro da unidade da apercepção, que, nesse passo, é a condição suficiente e necessária do objeto. O segundo passo encontra um resultado similar, porém, ele se faz necessário para demonstrar que toda representação dada tem de poder ser pensada. Ele é dado com base na unidade que a consciência produz no múltiplo por meio da síntese.

A passagem do primeiro para o segundo passo da dedução transcendental não é uma passagem trivial, do mais geral para o menos geral, pois o que está em jogo são concepções distintas de intuição. O primeiro passo estrutura-se em torno da noção de intuição em geral, que nada mais é do que o dado sensível já unificado ou, como nomeia Paton, o dado em sentido relativo. A caracterização dessa intuição como “em geral” se deve à não preocupação por parte de Kant em explicar ainda o modo como múltiplo deve ser unificado sob as categorias. Assim, a restrição que o §21 oferece em relação ao §20 serve exatamente para assinalar essa característica acerca da intuição. A intuição “denominada minha”, isto é, a intuição que é algo para mim, tem de poder ser acompanhada pelo eu penso, embora ainda não se pergunte pela maneira como ela é dada na sensibilidade e sua harmonização necessária com as funções do entendimento. Esse resultado, contudo, ainda não é suficiente para estabelecer a prova completa das categorias, pois é preciso demonstrar ainda que tudo que pode ser dado na sensibilidade tem de poder ser pensado sob o entendimento. Por esse motivo, Kant se pergunta acerca da possibilidade de relacionar as categorias com a intuição empírica.

A restrição do §21 em relação ao §20 tem a finalidade de introduzir o segundo passo da dedução transcendental B, que, conforme visto mais acima, consiste em demonstrar que tudo que pode ser dado

na sensibilidade tem de poder ser pensado, isto é, tem de poder ser trazido sob as categorias. Kant inicia propriamente o segundo passo com a seguinte afirmação:

Não consegui abstrair de apenas uma parte da prova anterior, a saber, de que o múltiplo deve ser dado à intuição anteriormente à síntese do entendimento e independentemente dela; mesmo que, nesse caso, ele permaneça indeterminado. Pois, se pretendesse pensar para mim um entendimento que intuisse a si mesmo (como um [entendimento] divino, que não se representasse objetos dados, mas desse os próprios objetos ou os produzisse ao mesmo tempo que os representasse), as categorias não teriam sentido em relação às intuições produzidas por esse entendimento. (KrV, B145)

Essa passagem justifica o segundo passo da dedução transcendental B. O conhecimento é possibilitado por duas representações distintas e completamente heterogêneas entre si: intuição e conceito. A intuição é a representação imediata e figurada dos objetos. O conceito é a representação mediata e discursiva. O §15 assume a possibilidade de uma intuição não sensível para assinalar que a ligação, como ato do entendimento, possui um registo de possibilidades mais amplo que o da sensibilidade. O conceito, por se fundar nas funções lógicas do entendimento (KrV, A68/B93), assume o mesmo registo, embora seu uso além da sensibilidade não tenha papel positivo em relação ao conhecimento. Com a intuição não pode se dar da mesma maneira. É preciso demonstrar que tudo que pode ser dado na intuição tem de poder ser representado sob as categorias. A inversão no sentido da frase resulta precisamente na proposição do problema: referir as categorias a tudo que pode ser dado.

Mesmo que se recorra à alínea de abertura do §16, em que Kant afirma que uma representação que não pode ser acompanhada do eu penso não é nada para mim, tais representações precisam ser descartadas do registo de possibilidades das representações sensíveis, pois, do contrário, se assumiria objetos que são dados no espaço e no tempo e que não poderiam ser pensados e, assim, a validade objetiva das categorias ficaria comprometida, pois se assumiria um conjunto de objetos aos quais elas não se aplicariam. Como destaca Henrich: “[...] ou as categorias não se aplicam a nenhuma representação sensível ou se aplicam a todas as representações sensíveis (Henrich, 1969, p.647).

Desse modo, a estratégia argumentativa para relacionar a intuição empírica às categorias consiste em demonstrar que a síntese que unifica o múltiplo da intuição está sujeito às mesmas regras da síntese intelectual, que tem por fundamento a unidade sintética da

consciência. Essa condição é demonstrada explicitando-se no §24 a afirmação do §10 de que a síntese é trazida a conceitos pelo entendimento (*KrV*, A78/B103).

Os conceitos puros do entendimento referem-se a objetos da intuição em geral pelo mero entendimento, [ficando] indeterminado se ela é nossa ou de algum outro, desde que seja sensível. Porém, [os conceitos puros do entendimento] são por esse motivo mera forma do pensamento, pela qual ainda nenhum objeto determinado é conhecido. A síntese ou ligação do múltiplo neles referiu-se meramente à unidade da apercepção e foi, por esse motivo, o fundamento de possibilidade do conhecimento a priori, na medida em que depende do entendimento; assim, não apenas transcendental, mas também meramente e puramente intelectual. Como em nós reside a priori uma certa forma da intuição sensível por fundamento, as quais dependem da receptividade da faculdade de representação [*Vorstellungsfähigkeit*] (sensibilidade), então o entendimento, como espontaneidade, pode determinar o sentido interno de acordo com a unidade sintética da apercepção por meio do múltiplo de representações dadas e, assim, pensar a priori a unidade sintética da apercepção do múltiplo da intuição sensível como condição sob a qual todos objetos de nossa (humana) intuição devem estar necessariamente; em virtude de que as categorias, como meras formas do pensamento, adquirem realidade objetiva, isto é, [adquirem] aplicação aos objetos que nos podem ser dados na intuição, mas apenas como fenômenos; pois só somos capazes de intuição a priori destes. (*KrV*, B150-151)

A prova da validade objetiva das categorias em relação a intuições empíricas exige relacionar a unidade sintética da apercepção às formas da intuição, que são as únicas condições em que o conteúdo empírico pode ser dado. O passo fundamental da passagem é dado na afirmação de que o entendimento é capaz de determinar o sentido interno (tempo), segundo a unidade sintética da apercepção, por meio do múltiplo de representações dadas: “[...] o entendimento, como espontaneidade, pode determinar o sentido interno de acordo com a unidade sintética da apercepção por meio do múltiplo de representações dadas [...]”. Essa afirmação contém alguns pontos que precisam ser explicitados.

O primeiro ponto diz respeito à referência exclusiva dessa passagem em relação ao sentido interno – tempo. Segundo Kant, como condição do sentido interno, o tempo não apenas fornece o dado sensível em relação aos estados do sentido interno da sensibilidade, mas também relaciona objetos exteriores a esses estados interiores (*KrV*, A33/B49-50), de maneira que oferece um registro de possibilidades mais amplo que o do espaço, ou seja, tudo que é dado no espaço é dado no tempo, mas nem tudo que é dado no tempo é dado no espaço. Assim,

quando se pergunta acerca da possibilidade das representações empíricas possíveis, Kant se restringe a analisar a possibilidade de ligar o múltiplo temporal segundo a unidade sintética da apercepção.

O segundo ponto diz respeito à ordem com que a passagem relaciona o múltiplo e o sentido interno. Segundo a afirmação de abertura do §24, o sentido interno se apresenta como uma questão limitante do uso das categorias. As categorias, pela sua natureza, têm de se aplicar ao múltiplo sensível e possuímos, por meio do sentido interno (assim como pelo sentido externo), a condição sensível por meio da qual os objetos são dados. Contudo, a passagem parece supor uma inversão de sentido. Apesar de afirmar que o entendimento é capaz de determinar a priori o tempo, ou seja, que é capaz de o determinar anteriormente a qualquer presença de conteúdo na sensibilidade, a passagem parece pressupor que esse conteúdo seja dado, para, enfim, poder ser unificado como tempo: “[...] então o entendimento, como espontaneidade, pode determinar o sentido interno de acordo com a unidade sintética da apercepção por meio do múltiplo de representações dadas e, assim, pensar a priori a unidade sintética da apercepção do múltiplo da intuição sensível como condição sob a qual todos objetos de nossa (humana) intuição devem estar necessariamente; [...]”. Esse ponto é esclarecido quando Kant introduz a noção da imaginação produtiva que, a partir da síntese transcendental da imaginação, é capaz de produzir representações também sem a presença do conteúdo.

No entanto, quando se dirige à unidade sintética da apercepção, isto é, a essa unidade transcendental, que é pensada na categoria, a síntese figurativa se chama síntese transcendental da imaginação, à diferença da mera ligação intelectual. Imaginação é a capacidade [*Vermögen*] de representar um objeto também sem [*auch ohne*] sua presença na intuição. Agora, como nossa intuição é sensível, a imaginação, que encerra a condição subjetiva sob a qual apenas pode dar uma intuição correspondente aos conceitos do entendimento, pertence à sensibilidade; porém, na medida em que sua síntese é um exercício da espontaneidade, que é determinante e não, como o sentido, meramente determinado, [e que] portanto pode determinar conforme a unidade da apercepção, então a imaginação é uma capacidade [*Vermögen*] que determina a priori a sensibilidade e sua síntese das intuições, conforme às categorias, tem de ser a síntese transcendental da imaginação, que é um efeito do entendimento na sensibilidade e sua primeira aplicação (e ao mesmo tempo o fundamento de tudo que resta) é aos objetos da intuição possível para nós. (*KrV*, B151-152)

Segundo a definição, a imaginação é a capacidade de representar objetos também sem que esses objetos sejam dados. A atividade da imaginação divide-se em duas: produtiva e reprodutiva. A imaginação

reprodutiva foi tratada por Kant no primeiro passo argumentativo, mais especificamente nos §§18-19, em que Kant atribui a essa faculdade a operação da associação de representações (KrV, B139-140). A imaginação produtiva, em contrapartida, dá a unidade das representações por meio da síntese transcendental da imaginação de maneira anterior a todo conteúdo empírico.

A maneira como Kant define imaginação produtiva consiste na retomada de uma das passagens-chave da dedução metafísica, apresentada no §10:

A mesma função que dá a unidade de diferentes representações em um juízo dá também a mera síntese de diferentes representações em uma intuição, que, exprimida universalmente, se chama conceito puro do entendimento. Portanto, o mesmo entendimento, e pela mesma operação segundo a qual, por meio da unidade analítica, produziu a forma lógica de um juízo nos conceitos, traz também, por meio da unidade sintética do múltiplo de uma intuição em geral, um conteúdo transcendental em suas representações; razão pela qual se chama conceito puro do entendimento que se refere a priori a objetos, o que não pode corresponder à lógica geral. (KrV, A79/B104-105)

A imaginação, como efeito do entendimento na sensibilidade e como capacidade de representar objetos mesmo sem sua presença, é a faculdade responsável por fornecer o conteúdo transcendental a uma intuição a partir da unidade sintética da apercepção¹³. Desse modo, quando afirma que o entendimento pode determinar a priori o tempo, Kant pressupõe o papel da imaginação produtiva.

A determinação a priori do tempo (e do espaço) então, depende da imaginação produtiva para cumprir a tarefa de garantir que todo conteúdo dado tenha de estar necessariamente sob as categorias. Segundo o §24 e com referência ao §10, as categorias são as condições por meio das quais a imaginação produtiva dá a unidade do dado sensível, como efeito do entendimento, determinando a unidade sintética do múltiplo de uma intuição.

Após a introdução da noção de imaginação produtiva surge então o questionamento do porquê o argumento do §24 não ser suficiente para prova completa da validade objetiva das categorias em relação à

¹³ Neste ponto, é importante destacar que existem dois sentidos de conteúdo na *Crítica da Razão Pura*. O primeiro sentido é o material, que consiste na sensação do fenômeno. O outro sentido é o formal. Esse sentido consiste na coordenação de representações sob uma unidade. Esse sentido estabelece uma distinção fundamental em relação às formas lógicas do juízo, apresentadas no §9 e as categorias, apresentadas no §10. Ambas têm por fundamento as funções lógicas do entendimento, porém as categorias são a aplicação dessas funções a uma unidade sintética, ou seja, são regras que coordenam representações sob um conceito de objeto.

intuição sensível. A resposta para essa questão é dada no §26 por meio do argumento da concomitância da síntese com as representações de espaço e de tempo como intuições, isto é, da intuição formal.

3. A concomitância da síntese de apreensão com a representação do espaço e do tempo como intuições.

Tal como destaca Blomme, a Estética Transcendental impõe uma premissa para a dedução transcendental (Blomme, 2017, p.75). Esta premissa é a de que o espaço e o tempo são formas da intuição que acompanham todo o dado sensível e que fornecem aos objetos uma característica que não pode ser obtida a partir de conceitos.

A investigação acerca do desenvolvimento da noção kantiana de espaço demonstra que espaço (e também tempo) contém características que não estão nem na extensão nem na intenção de conceitos de objetos. Esse ponto pode ser verificado a partir do argumento das contrapartes incongruentes no ensaio *Do primeiro fundamento da diferença das regiões no espaço*, de 1768:

Nomeio um corpo que é completamente igual [*gleich*] e semelhante [*ähnlich*] a outro, se ele não pode ser encerrado nos mesmos limites, de sua contraparte incongruente. Agora, para mostrar a sua possibilidade, assumo-se, portanto, um corpo que não consiste de duas metades que são simetricamente ordenadas em oposição a um plano de intersecção, mas algo como uma mão humana. Prolongue-se a partir de todos os pontos de sua superfície linhas perpendiculares sobre um contra-plano de referência e prolongue elas para trás deste [contra-plano] à mesma distância da qual estes pontos lhe são distantes; então os pontos finais das linhas prolongadas, se são ligados, formam o plano de uma figura corpórea que é a contraparte incongruente da original, isto é, se uma mão direita é dada, então sua contraparte é uma esquerda. A imagem [*Abbildung*] de um objeto no espelho consiste precisamente nos mesmos fundamentos. Pois o [objeto] sempre aparece precisamente à mesma distância do plano do espelho que se encontra e, a partir dele, a figura de uma mão direita sempre será uma esquerda. Que o objeto consiste de duas contrapartes incongruentes, como o corpo humano, se for separado por meio de um plano vertical da frente para trás, então, a sua imagem lhe é congruente, como é possível reconhecer se deixa-se fazer uma meia volta em pensamento; pois a contraparte da contraparte de um objeto lhe é necessariamente congruente [a esse objeto]. (*GUGR*, AA 02: 382)

Embora o Ensaio de 1768 utilize o argumento das contrapartes incongruentes em função da prova do espaço absoluto, o que ele

apresenta é uma característica que está no fundamento da exposição do espaço e do tempo como formas da intuição, a saber, que a determinação completa dos objetos não pode ser obtida por meio exclusivo da determinação conceitual (*GUGR*, AA 02: 381). Prova desse ponto é dada pelo fato desse mesmo argumento ser utilizado em obras que consideram o espaço e o tempo como formas da intuição¹⁴.

Embora este argumento não esteja explícito na *Crítica da Razão Pura*, é possível referi-lo ao argumento 1 da exposição metafísica do espaço e do tempo:

O espaço não é nenhum conceito empírico que tenha sido extraído da experiência externa. Pois, para que certas sensações serem referidas a algo fora de mim (isto é, a algo em um outro lugar do espaço daquele que me encontro) [e], do mesmo modo, para que como exteriores e ao lado umas das outras; e, portanto, para que possa representá-las não apenas como diferentes, mas como em lugares diferentes, então, para isso, o representação de espaço tem de estar como fundamento. Por esse motivo, a representação de espaço não pode ser obtida a partir das relações do fenômeno externo por meio da experiência, mas essa experiência externa só pode, primeiramente, ser ela própria possível por meio da representação pensada. (*KrV*, A23/B28)

Segundo o argumento 1, é possível verificar que espaço é fundamento da posição dos objetos em relação a nós mesmos e a outros (tempo é fundamento da sucessão e do simultâneo), ou seja, ele é fundamento de características que não estão contidas em conceitos. Tais características têm por fundamento a forma da intuição e elas precisam ser representadas para que a determinação completa dos objetos seja possível.

Nesse sentido, na medida em que os objetos são dados segundo as características do espaço e do tempo, não é simplesmente suficiente que a síntese do múltiplo sensível seja realizada por meio da imaginação. É preciso também que espaço e tempo sejam representados como intuições formais em concomitância com essa síntese do múltiplo. Esse ponto só é esclarecido no §26, quando Kant apresenta a conclusão do segundo passo da prova:

Possuímos a priori formas da intuição sensível tanto externa quanto interna nas representações de espaço e de tempo e a síntese de apreensão tem sempre de ser conforme a elas, pois só pode acontecer segundo

¹⁴ Buroker chama atenção para esse ponto (cf. Buroker, 1984, p.4). As obras são: *Forma e Princípio do Mundo Sensível e Inteligível* (cf. *MSI*, AA 02: 403); *Prolegômenos a toda Metafísica Futura que queira se apresentar como Ciência* (cf. *Prol*, AA 04: 285-286); e *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (cf. *MAN*, AA 04: 483-484).

essas formas. Porém, espaço e tempo não são representados a priori meramente como formas da intuição, mas como intuições mesmas (que contêm um múltiplo), portanto, com a determinação da unidade do múltiplo nelas [...]. Portanto, a própria unidade da síntese do múltiplo já é dada em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições, fora de nós ou em nós, por meio das quais uma ligação de tudo que deve ser determinado no espaço e no tempo tem de ser conforme, a priori como condição da síntese de toda apreensão. Essa unidade sintética, porém, não pode ser outra além da que a ligação do múltiplo de uma dada intuição em geral em uma consciência originária, conforme às categorias, apenas aplicada a nossa intuição sensível. Consequentemente, toda síntese, por meio da qual a própria percepção é possível, está sob categorias e, visto que a experiência é o conhecimento por meio da de percepções ligadas [*verknüpfte*], então as categorias são condições de possibilidade da experiência e valem, assim, a priori para todos os objetos da experiência. (*KrV*, B160-61)

A conclusão do segundo passo estabelece que a unidade da síntese de apreensão, por meio da qual o múltiplo do objeto tem de ser ligado, acontece em concomitância com as intuições de espaço e de tempo: “a própria unidade da síntese do múltiplo já é dada em concomitância [*zugleich*] com (não em) essas intuições”. Esse requisito é necessário, porque espaço e tempo, conforme visto mais acima, dão condições que não são dadas no múltiplo do objeto, mas devem dar o contorno de possibilidade segundo a qual esse múltiplo aparece, pois, do contrário, a determinação completa do objeto não seria possível. Em contrapartida, a síntese de apreensão, na medida em que não é dada na intuição de espaço e de tempo, ela não é um mero recorte da representação do espaço e do tempo, mas simplesmente possui uma relação com a intuição formal na medida em que está sujeita, por um lado, ao espaço e ao tempo como formas da intuição e, por outro, é acompanhada pela determinação dessas formas segundo a unidade sintética da apercepção, ou seja, é acompanhada pela unidade objetiva do espaço e do tempo.

Desse modo, é possível compreender a afirmação de Kant de que o múltiplo da intuição tem de se compor em conformidade com a unidade sintética da consciência. Esse múltiplo é reunido por meio de uma síntese sob um conceito, conforme a unidade sintética da apercepção e, simultaneamente, ele é dado no espaço e no tempo, que também são representados como intuições. A síntese que engendra a representação do múltiplo também serve para engendrar a unidade do espaço e do tempo como intuições formais, de modo que tanto a síntese desse múltiplo é possível no espaço e no tempo como formas da intuição, como a determinação completa, que exige a síntese das

características extrínsecas a esse múltiplo, é determinada no espaço e no tempo representados como objetos, que contêm uma síntese própria e que os representa como intuições formais.

4. Conclusão

A partir do que foi apresentado, é possível compreender como a intuição formal desempenha sua função no argumento da dedução transcendental B. Na medida em que a Estética Transcendental estabelece que espaço e tempo são fundamentos de características extrínsecas aos objetos, isto é, que espaço e tempo não podem ser obtidos por meio dos predicados de um conceito, é preciso considerar que essas representações têm de ser elas próprias representadas como objetos. Essa representação é a intuição formal. A intuição formal, desse modo, serve a dois propósitos. O primeiro é permitir, por meio da concomitância com a síntese de apreensão do múltiplo sensível, a determinação completa dos objetos, isto é, permitir que os objetos sejam determinados a partir das representações que lhe são intrínsecas, que são reunidas sob o conceito de objeto, e a partir também das representações que lhe são extrínsecas, que são reunidas em função da intuição formal do espaço e do tempo.

Por fim, cabe notar, em relação ao argumento da Estética Transcendental, que a intuição formal, como representação do espaço e do tempo como intuições, não anula as suas características não-discursivas. Ela simplesmente representa essas características a par da representação de objetos, a fim de possibilitar a sua determinação completa. Esse aspecto, contudo, não é suficiente para solucionar os problemas da noção de intuição formal para a compreensão da espaço e tempo na Estética Transcendental, mas pode fornecer um primeiro passo para demonstrar, por exemplo, que a introdução dessa noção na nota B160-161 não implica necessariamente na revisão do que foi apresentado no capítulo da sensibilidade.

Referências Bibliográficas

- ALLISON, H. Kant's Transcendental Deduction: An Analytical-Historical Commentary, 1ª edição, Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ALLISON, H. Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense, 2ª edição, New Haven e Londres: Yale University Press, 2004.
- ALLISON, H. "Where Have all the Categories Gone? Reflections on Longuenesse's Reading of Kant's Transcendental Deduction", In: Essays on Kant, 1ª edição, Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BLOMME, H. "Die Rolle der Anschauungsformen in der B-Deduktion", In: Mota, G. Thiel, U. Immanuel Kant: Die Einheit des Bewusstseins, 1ª edição, Berlin: De Gruyter, 2017.
- BUNCH, A. "'Objective Validity' and 'Objective Reality' in Kant's B-Deduction of the Categories", In: Kant Review, Vol. 14, nº 2 (2010), pp. 67–92.
- BUROKER, J. V. *Space and Incongruence: The Origin of Kant's Idealism*, 1ª edição, Dordrecht: Springer-Science+Business, B. V., 1984.
- DUFOUR, E. "Remarques sur la note du paragraphe 26 de l'Analytique transcendente: les interprétations de Cohen e de Heidegger", In: *Kant-Studien*, Vol. 94 (2003). pp.69-79.
- FICHANT, M. "Espace esthétique et espace géométrique chez Kant", In: *Revue de Métaphysique et Morale*, Nr. 2 (2004). pp.530-550
- FICHANT, M. "L'Espace est Représenté comme une Grandeur Infinie Donnée: la Radicalité de L'Esthétique". In: *Philosophie*, Nr. 56 (1997). pp.20-48.
- HANNA, R., "Kant and Nonconceptual Content", In: *European Journal of Philosophy*, Vol. 13, nº 2 (2005), pp. 247–290.
- HENRICH, D. "The Proof-Structure of Kant's Transcendental Deduction", In: *The Review of Metaphysics*, Vol. 22, Nr. 4 (1969), pp. 640–659.
- KANT, I. "Forma e Princípios do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível" (Tradução de Paulo R. Licht dos Santos) In: *Escritos Pré-Críticos*, 1ª edição, São Paulo: EDUNESP, 2005.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*, hrsg. von Jens Timmermann, Felix Meiner Verlag, Hamburg 1998.
- KANT, I. "Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft", In: *Akademie-Ausgabe*, Vol. 4, Berlin: Georg Reimer, 1912.
- KANT, I. "Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik, die als Wissenschaft wird auftreten können", In: *Akademie-Ausgabe*, Vol. 4, Berlin: Georg Reimer, 1912..
- KANT, I. "Von dem ersten Grunde des Unterschiedes der Gegenden im Raume (1768)", In: *Akademie-Ausgabe*, Vol. 2, Berlin: Georg Reimer, 1912.

- LONGUENESSE, B. *Kant et le Pouvoir de Juger*, 1ª edição, Paris: Presse Universitaires de France, 1993.
- ONOF, C.;SCHULTING, D. “Space as Form of Intuition and as Formal Intuition: On the Note to B160 in Kant’s Critique of Pure Reason”, In: *Philosophical Reviews*, Vol. 124, Nr. 1 (2014). pp.1-58
- PATON, H. J. *Kant’s Metaphysics of Experience*, 2 Vols. Londres: George Allen Unwin ltd., 1936.
- ROSALES, A. *Ser y Subjetividad en Kant: sobre el Origen Subjetivo de las Categorías*, 1ª edição, Buenos Aires: Biblos, 2009.
- VLEESCHAUWER, H. J., *La Déduction Transcendentale dans l’Oeuvre de Kant*. Antwerpen, Paris e ’S Gravenhage: De Sikkel, Librarie Ernest Leroux e Martinus Nijhoff, 1937.

Resumo: A intuição formal é a definição que Kant dá às representações de espaço e de tempo como intuições mesmas (KrV, B160-161n.). Na literatura de comentários de Kant, trata-se mais amplamente das implicações dessa definição para a compreensão da economia argumentativa da Crítica da Razão Pura, mais especificamente da relação entre a Estética Transcendental e a dedução transcendental B (2ª edição). Contudo, mesmo que se busque investigar essa questão, é preciso que se questione a função que a intuição formal tem na dedução transcendental B, a fim de se verificar por que as intuições do espaço e do tempo são necessárias. O presente artigo tem o objetivo de esclarecer essa função, demonstrando que a prova da validade objetiva das categorias depende das representações de espaço e de tempo como intuições formais, pois, sem elas, a determinação completa dos objetos da sensibilidade humana não seria possível. Esclarecer esse ponto não apenas permite a compreensão da prova contida na dedução transcendental B, mas confere um primeiro passo para solucionar os problemas argumentativos da Crítica, uma vez que se compreende o papel do espaço e do tempo na aplicação das categorias aos objetos sensíveis.

Palavras-chave: Kant; Crítica da Razão Pura; Dedução Transcendental B; Intuição Formal

Abstract: The formal intuition is the definition that Kant gives to the representations of space and time as intuitions (KrV, B160-161n.). At the kantian literature, the problem that is most debated is the consequence of this definition to the argument of the Critique of Pure Reason, more specifically, to the relation between the Transcendental Aesthetics and the transcendental deduction B (2nd edition). However, there is a more primary problem, i. e. the function of the formal intuition in the B-Deduction, by which it is possible to verify why the intuitions of space and time are necessary. This article has the goal to elucidate this function, by showing that the proof of the objective validity of the categories depends on the representations of space and time as formal intuitions, without which the complete determination of the objects of human sensibility is not possible. To elucidate this point not just allows to comprehend the proof of B-Deduction, but also gives a first step to elucidate the argumentative problems of the Critique, because it helps to comprehend the role of space and time in the application of categories to sensible objects.

Keywords: Kant; Critique of Pure Reason; B-Deduction; Formal Intuition

Recebido em: 11/2018

Aprovado em: 12/2018